

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.558.353 - RJ (2019/0229829-0)

AGRAVANTE : AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A
ADVOGADOS : KARLA DE CARVALHO GOUVEA - RJ113268
JAN NACIF DE BESSA E OUTRO(S) - RJ161874
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO - RJ095502
RAFAEL DO AMARAL RODRIGUES ARMOND - RJ205904
AGRAVADO : PAULO CALDERANO MANOEL
ADVOGADO : MARCOS VENICIO AFFONSO - RJ179586

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou admissão a recurso especial interposto por AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas a e c, da Constituição Federal, contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

O recurso especial tem origem na ação por obrigação de fazer, cumulada com pedido de indenização, ajuizada para impor restabelecimento do fornecimento de energia elétrica no domicílio do autor.

Valor atribuído à causa (fl. 63): R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O pedido de antecipação da tutela (restabelecimento do fornecimento) foi inicialmente indeferido, mas acolhido em seguida pelo Tribunal, ao julgar agravo de instrumento.

A sentença de fls. 315-317 julgou procedentes os pedidos para condenar a concessionária a indenizar danos morais sofridos pelo autor, no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), acrescido de honorários advocatícios de 10%.

O Tribunal *a quo* negou provimento aos recursos que seguiram, em acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO. Ação indenizatória c/c obrigação de fazer. Energia elétrica. Prova técnica. Instalação de novo medidor, a partir da qual ocorreu variação no consumo de energia elétrica. Interrupção do serviço após incêndio no equipamento. Reclamações não atendidas pela concessionária. Dano moral configurado. Aplicação do verbete 192, da Súmula deste Tribunal. Confirmação da antecipação de tutela que se impõe. Recursos a que se nega provimento (fl. 382).

Conforme decisão de fls. 533-537, proferida na fase de cumprimento da sentença, a multa diária pela recalcitrância da companhia foi fixada em 50,00 (cinquenta reais) e incidiu por 939 dias, totalizando R\$ 46.950,00 (quarenta e seis mil e novecentos e cinquenta reais).

O acórdão de fls. 576-590 negou provimento ao apelo da

concessionária. Eis a ementa:

APELAÇÃO. Concessionária de serviço público. Relação de consumo. Corte indevido de energia, por período controvertido entre as partes. Multa que se impunha aplicar, dada a mora da concessionária em cumprir a determinação judicial, de modo a ser incluída, como foi, no cálculo da contadoria judicial. Precedentes. Majoração dos honorários (art. 85, § 11, do CPC/15). Apelo a que se nega provimento.

A Corte estadual majorou os honorários advocatícios para 12% sobre o valor da execução (fl. 589).

Nas razões do recurso especial, a companhia alega ofensa aos arts. 537, § 1º, inc. I e 814, parágrafo único, do CPC/2015 e arts. 413 e 884 do Código Civil. Argumenta, em síntese, que o valor multa cominatória é "absolutamente gravoso", pois os dispositivos apontados "impõem a observação da razoabilidade e da proporcionalidade na fixação das pelas aplicadas, sob pena de cancelar o enriquecimento sem causa" (fl. 611).

Contrarrazões às fls. 622-625, pelo não conhecimento ou improvimento do recurso especial.

A decisão de inadmissibilidade do recurso especial tem fundamento na Súmula 7/STJ.

O agravo apresenta argumentos que visam a infirmar os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

O agravante impugnou os fundamentos da decisão agravada e estão atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo. Assim, passo ao exame do recurso especial.

Não se desconhece a jurisprudência do STJ que admite, excepcionalmente, nesta instância, a alteração do valor das *astreintes* se a multa mostrar-se, em razão da sua irrisoriedade ou exorbitância, em descompasso com o objetivo da cominação, que é, reitere-se, compelir o obrigado ao cumprimento da obrigação. Em situações como essa, supera-se o óbice da Súmula 7/STJ, porque torna-se evidente o desrespeito à norma de regência.

No presente caso, a fixação do valor da multa (R\$ 50,00/dia), visando compelir a concessionária a cumprir a decisão judicial que a obrigava a restabelecer o fornecimento de energia elétrica, decorreu do prudente arbítrio do magistrado, à vista da essencialidade do serviço e das demais circunstâncias do caso.

Assim, o recurso não comporta conhecimento, no ponto.

Citem-se, a propósito, os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. ANÁLISE DE PROJETO DE ARQUITETURA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. INCIDÊNCIA DA MULTA COMINATÓRIA. REEXAME DOS CRITÉRIOS ESTABELECIDOS PARA O ARBITRAMENTO DA MULTA. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 7 DA SÚMULA DO STJ.

I - Com relação à negativa de vigência ao art. 537, § 1º, do CPC de 2015, sem razão o recorrente, uma vez que é assente na jurisprudência desta Corte o entendimento no sentido de que cabe às instâncias ordinárias o arbitramento da multa coercitiva e a definição de sua exigibilidade, bem como eventuais alterações do seu valor e/ou periodicidade, dependendo das circunstâncias de cada caso concreto, tendo como parâmetros o valor da obrigação e importância do bem jurídico tutelado; o tempo para cumprimento (prazo razoável e periodicidade); capacidade econômica e de resistência do devedor; possibilidade de adoção de outros meios pelo magistrado e dever do credor de mitigar o próprio prejuízo.

II - Nessa senda, adentrar no mérito do acerto ou desacerto do aresto recorrido que limitou a multa diária em trinta dias, de forma a dilatar ou reduzir esse prazo, demandaria a incursão em elementos fáticos dos autos, o que não é possível por via de recurso especial, por óbice da incidência da Súmula n. 7/STJ.

III - Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1163837/DF, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 11/09/2018).

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. FORNECIMENTO DE REMÉDIO. ASTREINTES. POSSIBILIDADE. REDUÇÃO DO VALOR. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7 DO STJ.

(...)

2. A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.474.665/RS, afetado ao rito do art. 543-C do CPC/1973, estabeleceu a possibilidade de imposição de multa diária à Fazenda Pública na hipótese de descumprimento da obrigação de fornecer medicamento.

3. Admite-se a diminuição do valor das astreintes quando considerado desproporcional em relação à obrigação principal. A irrazoabilidade, porém, não pode ser aferida pelo simples cotejo entre os valores perseguidos na ação original e o montante acumulado da penalidade, devendo a avaliação tomar em conta as circunstâncias do caso concreto.

4. Na hipótese, é impossível afirmar a injustiça da solução apresentada pela instância de origem sem nova análise de fatos e provas. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 725.480/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2017, DJe 23/06/2017).

AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO DE ASTREINTES EM AÇÃO CAUTELAR. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ.

Superior Tribunal de Justiça

(...)

2.- A condenação a que chegou o Colegiado estadual em relação ao cumprimento da determinação judicial de fornecimento do material para a realização de cirurgia, dentro do prazo estipulado, e, por consequência, quanto à necessidade de afastamento da multa imposta, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, não podendo tais premissas serem revistas nesta sede excepcional, ante o óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

3.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no REsp 1420686/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2014, DJe 13/03/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Majoro para 13% os honorários advocatícios fixados no acórdão recorrido (CPC/2015, art. 85, § 11).

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 21 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator